

UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO DE AGENTES DE DIREITOS HUMANOS QUE ATUAM NA DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE TRABALHADOR

Maria de Fatima Pereira Alberto¹, Ádria Melo Soares², Alessandra Patrícia de A. Dantas³, Bernadete de O. Nunes⁴, Maria Helena S. de F. Lins⁵, Maria da Luz Alberto⁶.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar *O Projeto de Formação de Agentes de Direitos Humanos que Atuam na Área do Trabalho Infanto-Juvenil Urbano e Rural*, um dos projetos contemplados pelo Prêmio Elo Cidadão 2001. Trata-se de proposta que têm como foco o trabalho infanto-juvenil e a formação de agentes sociais para lidar com a questão.

É um modelo de formação de agentes sociais que articula extensão, ensino e pesquisa. Neste modelo, a extensão ocupa o primeiro lugar, o de pólo articulador, uma vez que foi a partir da atividade de extensão que se constituiu a proposta: a de formar agentes de direitos humanos para atuarem na erradicação do trabalho infantil e na defesa do adolescente trabalhador. A extensão é o pólo articulador, porque, a partir da execução da proposta, compreendemos que formar agentes de DH para atuar frente ao trabalho infanto-juvenil implicava **preparar para investigar, denunciar e proteger, responsabilizar o Estado e monitorar** a garantia dos direitos e da aplicação de políticas públicas. Desse modo a pesquisa

¹ Doutora em Sociologia/UFPE, Professora Adjunta Depto. Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UFPB, Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho –GPST/UFPB. /UFPB, Pesquisadora do Grupo Subjetividade e Trabalho (GPST) UFPB.

² Aluna de graduação em Psicologia da UFPB.

³ Psicóloga, Aluna do Curso de Especialização em Direitos Humanos da UFPB

⁴ Psicóloga, Mestra em Saúde do Trabalhador pela ENSP/FIOCRUZ

⁵ Especialista em Movimentos Sociais e Saúde do Trabalhador pela UFPB.

⁶ Secretária do Curso. Funcionária do Departamento de Comunicação da UFPB

e o ensino passaram a se constituir em elementos também importantes para a concretização da proposta.

2. PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DO PROJETO DE FORMAÇÃO

A nossa preocupação e interesse pelo trabalho precoce surgiram no cotidiano da prática profissional, mais especificamente, nas atividades de assessoria junto aos movimentos sociais, que trabalham com a questão da infância ou que lutam pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes das classes populares.

Nas ações desenvolvidas desde então, algumas questões chamavam a atenção:

Primeira, o trabalho é visto e pensado para crianças e adolescentes como um instrumento disciplinador. Até mesmo no discurso dos militantes dos movimentos sociais esta questão não está suficientemente resolvida. O trabalho aparece como uma saída para a vida dessas crianças. Embora todos se digam contrários, alguns concebem o trabalho como formador ou capacitador. Tais abordagens são formas que camuflam a exploração e que têm, na sua gênese, a precocização e a discriminação da criança, uma vez que o trabalho é pensado apenas para as crianças das classes populares.

Segunda, já víamos com particular interesse que, mesmo discutindo e refletindo sobre a erradicação do trabalho precoce, os movimentos sociais com que trabalhávamos apresentavam dois problemas: a) havia pouco acesso a pesquisas, na Paraíba, que tratavam desta temática; b) considerava-se como dano a inserção precoce no trabalho, mas não se tinha muita clareza de quais eram esses danos, principalmente para algumas categorias de trabalhadores infantis, aquelas inseridas nas chamadas atividades invisíveis, como o trabalho informal e o trabalho doméstico.

Terceira, os diversos agentes sociais que atuavam junto às Organizações Governamentais e, principalmente, aqueles ligados às Organizações Não Governamentais e aos Conselhos de Direitos e Tutelares conhecem pouco a problemática do trabalho infantil ou desconhecem a legislação pertinente e não sabem como atuar frente à questão.

Em 1997, a UFPB, através da parceria de vários setores, propõe-se a realizar no Estado da Paraíba um projeto de formação de agentes sociais na área do “Trabalho Infanto-Juvenil Rural e Urbano”, visando, através de cursos, contribuir na melhoria da ação profissional desses agentes, através da pesquisa, produzir e disseminar conhecimentos sobre a temática e, através do ensino, formar profissionais graduados para atuarem na área e ampliarem a luta no combate ao trabalho infantil e às condições inseguras, penosas e insalubres de trabalho dos adolescentes até 16 anos.

O referido projeto nasce de demandas dos movimentos sociais e de órgãos do governo federal feitas a setores da UFPB que trabalhavam com a temática da infância e da adolescência, da saúde e do trabalho, mais especificamente ao Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Populares – SEAMPO/CCHLA, ao Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho – GPST/CCHLA, ao Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – CERESAT/CCS e ao Laboratório de Geografia da Paraíba – LOGEPA/CCN. Estas demandas versavam sobre a necessidade de formação para agentes sociais, pesquisas e metodologias de intervenção sobre o trabalho infanto-juvenil, em especial na Paraíba.

Em 1997, a partir de contatos internacionais, começa a se desenhar a possibilidade de outras parcerias no sentido de uma delimitação da temática do trabalho infanto-juvenil, no contexto de uma concepção de **direitos humanos**, e do conseqüente apoio financeiro pelo Ministério das Relações Exteriores da Itália, através de uma Organização Não Governamental - ONG, com sede naquele país, o Movimento Leigo América Latina - MLAL. Estas parcerias

internacionais só se concretizam em 2001 com o **Projeto Universidade e Cidadania - Unicidadania**.

O UNICIDADANIA, por sua vez, é compreendido de sete projetos - em três estados brasileiros, Paraíba, Pernambuco e Bahia, um dos quais é o **Curso de Formação para Agentes sociais que Atuam na Área do Trabalho Infanto-Juvenil Urbano e Rural** executado pelos parceiros da UFPB. O Unicidadania tem como objetivos melhorar a capacidade de intervenção das Organizações Não Governamentais de Direitos Humanos; criar uma rede regional de direitos humanos que inclua as ONG's, as Universidades e os outros centros de estudo e pesquisa e os órgãos públicos de promoção e defesa dos direitos humanos; refletir sobre a definição, a formação e melhorar a qualificação do agente de Direitos Humanos.

São objetivos específicos do Projeto de Formação para Agentes sociais que Atuam na Área do Trabalho Infanto-Juvenil Urbano e Rural:

- a) Qualificar agentes sociais, principalmente aqueles engajados nos movimentos sociais e que enfrentavam dificuldades na realização do seu trabalho, devido a vários fatores, dentre os quais a falta de formação específica na área;
- b) Colaborar na melhor definição profissional do agente ou operador dos direitos humanos que atuavam diretamente na erradicação do trabalho infantil e na defesa dos direitos do adolescente trabalhador;
- c) Produzir conhecimento sobre a realidade do trabalho infanto-juvenil no Estado da Paraíba, cuja escassez de dados impede, dentre outras coisas, a cobrança na agilização de políticas públicas e invisibiliza a necessidade de formação de profissionais para atuarem nesta área.

- d) Tornar visível a inserção precoce de crianças e adolescentes no trabalho na Paraíba, através de uma mostra fotográfica itinerante.
- e) Formar rede a partir dos parceiros usuários, parceiros executores, parceiros colaboradores e parceiros de referência na temática.
- f) Realizar oficinas de metodologia da participação (de agentes e crianças) nas ações de monitoramento das políticas de erradicação do trabalho infantil.
- g) Formação e capacitação no curso de Graduação em Psicologia de Profissionais de Nível Superior para atuarem nesta realidade.

O público alvo constituía-se de integrantes e funcionários dos Conselhos (Estadual da Paraíba e Municipal de João Pessoa) de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Conselhos Tutelares de João Pessoa e Santa Rita, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Caaporã e Itapororoca, do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de João Pessoa, da Pastoral do Menor, da Curadoria da Infância e da Juventude do Ministério Público-Estadual, da Delegacia Regional do Trabalho, da Universidade Federal da Paraíba, de várias ONG's, dentre elas o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, a Casa Pequeno Davi, a Casa Menina Mulher, Beira da Linha, Fundação Dom Hélder Câmara, Oficina da Cidadania, o Lar Alternativo Bom Pastor, Associação de Moradores do Planalto Boa Esperança, a Escola Pública Municipal de Meninos e Meninas de Rua

3. O MODELO METODOLÓGICO DO PROJETO DE FORMAÇÃO

1. O curso: a metodologia do projeto de extensão

Desenvolvemos, no curso de “*Formação de Agentes de Direitos Humanos que Atuam na Área do Trabalho Infante-Juvenil Urbano e Rural*”, uma metodologia participativa de construção coletiva de saberes, voltada para a capacitação de agentes sociais dos movimentos

sociais e de instituições públicas de assistência e de defesa da criança e do adolescente e para a produção de conhecimento.

Metodologicamente, o curso funciona da seguinte forma:

1. Antecedentes do curso – o procedimento adotado constou de um levantamento das instituições que atuavam direta ou indiretamente na temática do trabalho infanto-juvenil, construção do perfil delas, sensibilização e seleção para o curso.
2. O curso – organizado em dez módulos, o procedimento utilizado incluiu o levantamento da experiência de cada aluno na temática, após o que se procedeu à transmissão de conteúdos teóricos, à troca de conhecimentos teóricos e práticos; à ida ao campo, com a respectiva construção de conhecimento sob a orientação de técnicos e professores; à coletivização das experiências de pesquisa. Os módulos aproximaram-se metodologicamente da educação popular: com a utilização de dinâmicas, exposição, reflexão e coletivização. Os módulos funcionaram relativamente integrados.
3. O pós-curso – incluiu a discussão com os orientadores no sentido de se traçar um esquema comum de trabalho com vistas a elaborar o perfil do trabalho-infanto-juvenil na Paraíba; formação de redes em torno da temática do trabalho infantil e dos direitos humanos; articulação das instituições de representação que têm como objetivo a erradicação do trabalho infantil e defesa dos direitos do trabalho do adolescente; monitoramento de políticas públicas e acompanhamento da multiplicação da formação por parte dos alunos e de suas instituições; realização de um seminário sobre trabalho infanto-juvenil e direitos humanos.

A proposta de criação de um espaço de troca de saberes, entre o saber acadêmico científico e o saber prático, também foi um dos objetivos do curso. O conhecimento desses

saberes promoveu uma reflexão em ambos e, possivelmente, a construção de uma rede de saberes em contínua articulação. Enfatizando o que foi dito, construímos conhecimento juntamente com os agentes sociais (alunos do curso). Os agentes sociais construíram conhecimento junto com as crianças e os adolescentes com os quais trabalham e construímos conhecimento juntos: professores, agentes, técnicos e graduandas.

Buscamos também construir um *saber instrumento*, capacitando formadores que reproduzam a formação dentro de suas instituições originárias e entre instituições. Capacitamos agentes para identificar a exploração no trabalho de crianças e adolescentes, produzir conhecimento, planejar ações de intervenção e monitorar políticas públicas de erradicação do trabalho infantil e de defesa dos direitos do adolescente.

A **coletivização da produção de campo** (utilizada para trabalhar a pesquisa) é uma metodologia que foi desenvolvida com base em experiências de educação popular (Sales, 1999), compreendendo momentos de dinâmicas, exposição, reflexão, coletivização. Os passos seguidos foram:

- a) Levantamento das experiências de intervenção de cada aluno na sua instituição de origem, denominado de *teoria de vida* (Brandão, 1985; Sales, 1999);
- b) Apresentação aos alunos, por parte de professores e de técnicos de extensão, de técnicas de pesquisa (Thiollent, 1982 ; Minayo, 1993)
- c) Troca de experiências entre alunos acerca da técnica de pesquisa utilizada por cada um (Schwartz, 1999; CADERNO DE TEXTOS, 2001);

Usamos a metodologia do que sabiam (o acumulado com a experiência) e íamos construindo juntando o conhecimento acumulado dos professores. A proposta era a de, ao mesmo tempo em que se buscava qualificar, contribuir na reflexão da prática e produzir conhecimentos, produzir um espaço de agentes multiplicadores nas suas instituições de

origem. Durante toda a elaboração e planejamento do curso foram pensados e repensados os referenciais e os colaboradores que pudessem contribuir articulando sua experiência à proposta de formação do curso, de modo que ciências e metodologias se articulassem de forma interdisciplinar.

2. As pesquisas: coadjuvantes no projeto de extensão

No levantamento das instituições o procedimento adotado foi o seguinte:

- a) A partir de uma listagem fornecida por parceiros de instituições públicas e dos movimentos sociais, identificamos quem trabalhava com crianças e adolescentes e quem atuava no sentido da erradicação do trabalho infantil e na defesa dos direitos do adolescente trabalhador;
- b) Em seguida, fizemos o contato e, posteriormente, as visitas às instituições indicadas. Durante as visitas, foi proposto que respondessem ao questionário, em que uma das questões solicitava a indicação de outras instituições ou entidades que também atuassem na área. Esta medida certamente ampliou a população em estudo.
- c) Aplicamos um questionário que versava sobre: objetivos das instituições, forma de atuação, formação e qualificação profissional dos seus integrantes na temática do trabalho infanto-juvenil, tipo de vínculo com a instituição e demanda de formação. O levantamento teve duração de quatro meses.

Os dados mostraram o seguinte perfil: algumas delas não estão envolvidas diretamente no combate ao trabalho infanto-juvenil, mas contribuem indiretamente, como é o caso dos sindicatos. A maior dificuldade encontrada por parte dos representantes é a falta de formação específica nesta área. Embora algumas instituições possuam representantes na Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil, a maioria desconhece as implicações que o trabalho precoce acarreta no desenvolvimento físico, psíquico e social da criança e do adolescente. Dentre as

instituições escolhidas, algumas delas não estão envolvidas no movimento de defesa do trabalho infanto-juvenil, e sim com outras atividades de assistência à criança e ao adolescente.

É interessante ressaltar que, na pesquisa sobre as instituições, os dados do item formação mostraram um contra-senso: verificamos que o nível de escolaridade desses agentes era fundamental, médio e superior – predominando este último. Entretanto até os de nível superior alegaram não ter formação na temática. O que demonstra que os cursos universitários, de modo geral, não abordam o trabalho infanto-juvenil como objeto de estudo e intervenção.

Os dados mostram que a formação destes agentes foi basicamente adquirida em palestras e seminários, promovidos pelas próprias instituições em que trabalhavam ou por outras, mas com caráter bastante efêmero.

Este material foi fundamental porque a partir dele montamos a estrutura do curso. Após o 1º curso, passados 5 meses, fizemos uma pesquisa com o objetivo de avaliar até que ponto o curso tinha contribuído nas intervenções dos agentes e das suas instituições.

A ida dos agentes a campo a fim de identificarem várias faces do trabalho precoce resultou em fonte de pesquisa: a dos trabalhadores engraxates; a dos limpadores de túmulos; a dos fretistas (carregadores em feira livre e supermercado); a dos (as) vendedores (as) em condição de rua; a dos(as) adolescentes trabalhadores em mercadinhos; a dos(as) trabalhadores(as) na plantação de abacaxi; acerola e cana-de-açúcar; a das trabalhadoras domésticas; a dos trabalhadores em pesca submarinha e caranguejo; carregadores de botijões; a dos(as) catadores(as) nos lixões; a dos(as) catadores(as) de lixo nas ruas; entregadores de leite; dos borracheiros; a dos beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI (crianças ex-trabalhadoras nas cidades de João Pessoa e Espírito Santo e nas pedreiras de Junco do Seridó, região do cariri paraibano).

A partir do trabalho final dos alunos do 1º curso e da produção dos parceiros – instituições de defesa dos direitos da criança e do adolescente e da comunidade científica –, começamos a desenvolver uma terceira⁷ pesquisa: o *Mapeamento do Trabalho Infanto-Juvenil na Paraíba*. As instituições parceiras, além da Universidade, que estão desenvolvendo o mapeamento são: Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente na Paraíba, a Delegacia Regional do Trabalho – DRT e a Procuradoria Regional do Trabalho. Neste mapeamento estão sendo pesquisados os municípios nos quais há trabalho infanto-juvenil, as características das atividades, o perfil desses trabalhadores precoces, a relação com a escola e os riscos biopsicossociais.

4. OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS QUE NORTEARAM O PROJETO

Dada a proposta do curso, que como parte do projeto UNICIDADANIA,⁸ é a de construir um modelo de formação de agentes de direitos humanos, fez-se necessário que construíssemos um arcabouço teórico e metodológico que incorporasse todos os aspectos acima delineados, de modo a lançarmos mão de uma bricolagem. Por bricolagem referimo-nos a um trabalho intermitente de ir e vir. Foi o que fizemos, já que carecemos, nos trabalhos com movimentos populares ou, até mesmo, com organizações governamentais, de um referencial que nos permita conhecer a criança, na sua totalidade, biopsicossocial, que a compreenda como sujeito da sua história e cidadão em processo de desenvolvimento, que também possibilite formas de intervir próprias, adequadas à realidade social.

Se se preferir, podemos dizer que fizemos uso da pluridisciplinaridade, aqui compreendida como a utilização de um conhecimento híbrido no qual incorporamos novos

⁷ A Primeira pesquisa foi o levantamento das instituições, a segunda a dos agentes com a ida a campo e a terceira o mapeamento.

⁸ O modelo formativo do UNICIDADANIA tem como fim último melhorar as condições de vida das populações excluídas.

conceitos. Sendo assim, no arcabouço do **modelo de formação** trabalhado no curso, utilizamo-nos de referenciais teóricos dos **direitos humanos**, da **educação popular**, **sociologia e psicologia**, noções em torno de uma **comunidade ampliada de pesquisa e movimentos sociais**.

Como o curso incorpora a pluridisciplinaridade e a pluriprofissionalização, além desses referenciais anunciados acima, ele é transversalizado por outras referências teóricas abordadas livremente por cada professor, considerando-se a especificidade de cada especialidade⁹, no contexto de cada módulo. Os módulos abordaram os seguintes aspectos: sociologia do trabalho (de classe, gênero, urbano e rural), legislação internacional e nacional, políticas sociais, psicologia (do trabalho, do desenvolvimento, subjetividade), saúde coletiva, geografia do trabalho, história, direitos humanos, educação popular e movimentos sociais.

Os professores e técnicos de extensão que integraram o curso tinham diferentes formações, havendo psicólogo, pedagogo, médica, advogada, historiadora, economista, geógrafa, comunicóloga, assistente social e engenheiro de produção.

Tudo isto não se constitui empecilho. Pelo contrário, foi um desafio que precisou ser construído. E o fizemos a partir dos seguintes referenciais:

Educação popular

Tendo a educação popular como pano de fundo da ação, começamos a tomar por empréstimos outras referências teóricas que poderiam ajudar-nos a formar e a apreender as nuances do trabalho precoce.

Compreendemos que educação não é só transmissão e reprodução de conhecimento.

Educação Popular é a produção e reprodução de modos de sentir, pensar e agir. É a ênfase nos

⁹ Vale ressaltar que, dada a complexidade que envolve a temática do trabalho infanto-juvenil, o modelo de formação demandou, no curso, abordagens híbridas e abordagens especialistas.

aspectos afetivos, intelectuais, práticos (práxis). Compõe-se de educadores que formam, transformam a realidade, identificam parceiros e aliados para juntos lutar e especialistas que se dedicam a formar e conhecer (Brandão, 1985; Sales, 1999).

Direitos humanos

Na perspectiva dos Direitos Humanos, compreendemos que é o termo utilizado para as expressões culturais e de interesse da sociedade, seja na abertura de espaços de lutas individuais e sociais, seja na garantia efetiva de direitos já legalmente reconhecidos. O trabalho precoce é uma forma de violação dos direitos humanos – dos direitos universais. A inserção precoce de crianças e adolescentes no trabalho viola o direito à vida, à integridade física e à dignidade de pessoa humana.

O curso qualificou agentes em direitos humanos que trabalham em defesa dos direitos e da cidadania de crianças e adolescentes e combinam o exercício da capacidade de indignação aos princípios de direito e igualdade e respeito pelas diferenças.

O trabalho infantil é uma questão de direitos humanos. Para ser capaz de reivindicar e defender esses direitos, é importante conhecer as normas nas quais se fundamenta. Além disso, para fazê-los valer, os representantes da sociedade civil devem ocupar espaços institucionais existentes, tais como os conselhos de direitos.

Enquanto não for possível erradicá-lo, faz-se necessário o monitoramento de políticas públicas a fim de se observarem os avanços e recuos das propostas elaboradas para a extinção da exploração da mão-de-obra infantil. Representantes da sociedade civil devem ocupar espaços destinados à atuação e conscientização de lutas pelos direitos, como enfatiza Bucci (2001).

Pensando na perspectiva dos DH, entendemos que o Estatuto da Criança e do Adolescente é, sem dúvida, um avanço na legislação brasileira, em termos de defesa da

criança e adolescente. Infelizmente, ele é pouco operante no que tange ao cumprimento da Lei, principalmente no que diz respeito ao combate do trabalho infantil e defesa do adolescente trabalhador. Diversas formas de atuação têm sido criadas para se tentar enfrentar este problema. Mas o que constatamos nas pesquisas é que a criança e o adolescente continuam sendo explorados em diversas formas de atividades de trabalho.

Comunidade ampliada de pesquisa

Tomamos emprestadas de Schwartz (1999) e Odonne (1984) algumas noções de como se fazer pesquisa coletivamente reunindo cientistas e agentes sociais. Desse modo, esta metodologia usada na construção do conhecimento aproxima-se do que compreendemos como sendo uma comunidade ampliada de pesquisa – uma forma de produzir conhecimento que articula e soma a técnica com a experiência, sem com isso se privilegiar apenas o científico. A concepção de comunidade ampliada de pesquisa surge a partir do Movimento Operário Italiano (MOI) no qual se estrutura articulação crítica do conhecimento das disciplinas com o conhecimento da experiência de trabalho dos trabalhadores. Delineia-se, a partir de então, a concepção de que o conhecimento do trabalho passa pelo conhecimento dos próprios trabalhadores, por aqueles que vivenciam a experiência. Constrói-se assim o Conceito de “Competência Profissional Ampliada” – entendida como a articulação da técnica (dos profissionais) somada à experiência (dos trabalhadores). A construção desse conceito possibilita a compreensão de que o estudo do trabalho deve incorporar a ação conjunta de profissionais médicos, especialistas da prevenção e trabalhadores. Como no nosso caso não são os trabalhadores precoces que protagonizam no curso suas experiências, o modelo de

Schwartz (1999) e de Odone (1984) serviram para que reuníssemos os agentes sociais² para a coletivização dos dados e das experiências.

5.A EXTENSÃO COMO CAMPO DE INTERVENÇÃO PARA A GRADUAÇÃO

Embora o *curso de formação* seja o carro chefe de nossas ações, o *projeto* não se encerra nele, uma vez que trabalhamos com os alunos da graduação dentro de uma proposta articulada de extensão ensino e pesquisa. Desenvolvemos diversas atividades a partir da integração da aprendizagem do magistério (monitoria) com a extensão e a pesquisa. Estas atividades são desenvolvidas em conjunto. A integração proporciona a atualização de aspectos teóricos, avançando no sentido de extrapolarmos aspectos muitas vezes tratados apenas em sala de aula. Neste sentido, contemplamos uma experiência onde se integram a teoria e a prática, contribuindo para a formação dos alunos de graduação, principalmente do curso de Psicologia da UFPB, bem como proporcionamos à sociedade formação e informação. Deste modo, contemplamos a participação de bolsistas e voluntários do PROBEX, da MONITORIA, do ESTÁGIO SUPERVISIONADO e da pesquisa (para esta atividade não temos financiamento nem PIBIC). Todos participam das atividades burocráticas (é o momento da divisão de tarefas) e de formação (é o momento da socialização onde ocorrem as trocas entre os aspectos teóricos, da produção de conhecimento e de intervenção). A extensão e a pesquisa são devolvidas para este grupo (formando-as), mas também em sala de aula.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa Participante**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

² Alguns deles reproduziram a mesma experiência com os adolescentes cujas atividades eram objeto de suas pesquisas.

BUCCI, M. P. D.. Capacitação em Direitos Humanos. In: **CONSTRUINDO a cidadania: desafio para século XXI capacitação em rede**. Comunigraf : Recife.2001.

CADERNO DE TEXTOS. As Comunidades Ampliadas de Pesquisa, In: **Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho em Escolas**. Rio de Janeiro: Faperj, 2001.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1992.

ODDONE, I. et al. , **Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde**. São Paulo: Hucitec, 1986.

REDE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. **Construindo a Cidadania: desafios para o século XXI**. Recife: Comunigraf. 2001.

SALES, I. da C. Educação Popular: Uma perspectiva, um modo de atuar (Alimentando um debate), In: SCOCUGLIA, A. C.; MELO NETO, J. F. de. **Educação Popular: outros caminhos**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e valor. **Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 2 , out. 1996.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**, .ed. São Paulo : Polis, 1985.

MARIA DE FATIMA PEREIRA ALBERTO
R.JUIZ ARNALDO FERREIRA ALVES, 373
BAIRRO: JARDIM CIDADE UNIVERSITÁRIA
CEP: 58 052-315 JOÃO PESSOA – PB
F: 216 7655
e-mail: jfalberto@uol.com.br